

mercado



A deputada Tereza Cristina Adriano Machado - 8.nov.18/Reuters

Futura ministra recebeu doação de réu por assassinato

Acusado de mandar matar líder indígena no MS deu R\$ 30 mil para campanha

Fabiano Maisonnave

CURITIBA A futura ministra da Agricultura, deputada federal Tereza Cristina (DEM-MS), recebeu doação de campanha de um fazendeiro acusado de ser o mandante do assassinato do líder indígena Marcos Veron.

O cheque de R\$ 30 mil, assinado por Jacintho Honório da Silva Filho, foi registrado no TRE (Tribunal Regional Eleitoral) em 30 de setembro de 2014, quando Tereza Cristina concorria a uma vaga na Câmara pelo PSB.

À época, ele já era réu pelo crime, cometido em 2003. Veron, morto aos 73 anos, era reconhecido como uma das principais lideranças da numerosa etnia guarani-caiova, que luta há décadas por demarcação de terras em Mato Grosso do Sul.

Para o MPF, o fazendeiro é o mentor intelectual e financeiro dos crimes. Ele responde por homicídio duplamente qualificado, tentativa de homicídio qualificado, tortura, sequestro, formação de quadrilha armada e dano qualificado.

O caso aconteceu em 13 janeiro de 2003, no município de Juti (310 km ao sul de Campo Grande). Homens supostamente pagos por Silva Filho atacaram um acampamento montado dias antes por guarani-caiovas dentro da sua fazenda, Brasília do Sul, área reivindicada pelos indígenas.

Veron e outros seis guarani-caiovas foram sequestrados e levados na carroceria de uma caminhonete, onde sofreram tortura, incluindo sua filha Geisebel, grávida de sete meses.

Olíder indígena morreu por traumatismo craniano após ser espancado com socos e coronhadas de espingarda.

Em 2010, três homens identificados como contratados pelo fazendeiro, Estevão Romero, Carlos Roberto dos Santos e Jorge Cristaldo Insabralde, foram condenados a 12 anos e 3 meses de prisão pelos crimes de sequestro, tortura e formação de quadrilha, mas absolvidos do crime de homicídio. À época, o MPF classificou a decisão de "vitória parcial".

Outros 21 réus não foram jul-

gados até hoje, incluindo o fazendeiro, um PM e Nivaldo Alves de Oliveira, apontado como o capanga que teria espancado Veron e que se entregou em 2015, após 12 anos foragido. Todos negam os crimes.

Em um caso raro na Justiça, o julgamento foi transferido de Dourados (MS) para São Paulo a pedido do MPF, sob a argumentação de que Silva Filho, já acusado de ser o mandante, estava coagindo testemunhas. O fazendeiro até hoje não foi a julgamento pelo crime cometido há 15 anos.

Em resposta por escrito, Tereza Cristina afirmou que "a família de Jacintho Honório da Silva Filho é amiga de longa data" e que a doação "é garantida pela legislação vigente".

"Cabe esclarecer ainda que não há condenação. O fato de ser réu não quer dizer que tenha cometido qualquer crime", completou Tereza Cristina, que preside a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), com 245 deputados e senadores.

Em 2015, Tereza Cristina teve o seu nome envolvido com

o ataque de fazendeiros que culminou na morte do cacique Simião Vilhalva, 24, no município de Antonio João, também no sul de Mato Grosso do Sul.

No dia 29 de agosto daquele ano, ela e outros dois parlamentares participaram de uma reunião no Sindicato Rural de Antônio João. Dali, saiu um comboio de camionetes rumo ao acampamento dentro de uma área em disputa no município.

Os integrantes do comboio atacaram os guarani-caiovas, que fugiram a pé. Durante a confusão, Vilhalva foi morto com um tiro na cabeça.

A reunião e o ataque estão sob investigação do Ministério Público Federal. O procedimento corre em sigilo do Justiça.

Questionada sobre a sua participação no encontro, a parlamentar disse que a sua posição foi a de esperar a chegada da Força Nacional, da PM e do MPF "para que fizessem a intermediação com os índios".

"Nem o produtor rural merece perder suas terras nem o índio merece viver uma vida sem dignidade", afirmou.

A SPDM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA/HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA – BATA BRANCA, convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 017/2018, realizado para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Especializados em Cirurgia Urológica em Pacientes Adultos e Pediátricos. Para informações e condições de participação favor acessar o site www.publinexo.com.br/privado.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - FIPT
CNPJ: 05.505.390/0001-75
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 104/18
O presente, objetiva tornar público a intenção do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT da FUNDAÇÃO DE APOIO AO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - FIPT e da empresa BIOMINAS BRASIL, para empresas de engenharia, arquitetura, incorporação imobiliária, gestores de co-working e investidores em geral para apresentarem soluções e modelos de parcerias para montagem de infraestrutura e operação de co-working para o projeto BIOHub. O detalhamento das informações referentes a este chamamento estão disponíveis no site da FIPT (www.fipt.org.br) e do IPT (www.ipt.br).
Especificações adicionais poderão ser obtidas através do endereço: biohub@ipt.br.

A Folha apoia esta causa. Siga a Folha.

A ACD está com deficiência de doações. Ligue 0800 771 7878 e saiba como ajudar.

A SPDM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA/HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA – BATA BRANCA, convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 019/2018, realizado para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Especializados em Cirurgia Geral, Cirurgia de Trauma, Cirurgia de Cabeça e Pescoço e Cirurgia Plástica. Para informações e condições de participação favor acessar o site www.publinexo.com.br/privado.

A SPDM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA/HOSPITAL GERAL DE PIRAJUSSARA, convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 010/2018 (ID 930), realizado para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Médicos na Especialidade de Anestesiologia. Para informações e condições de participação favor acessar o site www.publinexo.com.br/privado.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - FIPT
CNPJ: 05.505.390/0001-75
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 105/18
O presente, objetiva tornar público a intenção do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT da FUNDAÇÃO DE APOIO AO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - FIPT e da empresa BIOMINAS BRASIL, para prospecção de empresas, instituições públicas e privadas, investidores e demais pessoas jurídicas interessadas em participar do espaço de coworking do Projeto "BioHub". O detalhamento das informações referentes a este chamamento estão disponíveis no site da FIPT (www.fipt.org.br) e do IPT (www.ipt.br).
Especificações adicionais poderão ser obtidas através do endereço: biohub@ipt.br.

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Convocação

Edital de convocação de Audiência Pública sobre o EIA/ RIMA do empreendimento "Centro Logístico Campo Grande", de responsabilidade de Fazenda Campo Grande Empreendimentos e Participações Ltda. O Conselho Estadual do Meio Ambiente, convoca audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente - EIA/RIMA do empreendimento "Centro Logístico Campo Grande", de responsabilidade de Fazenda Campo Grande Empreendimentos e Participações Ltda. (Processos 227/2017 e 022478/17-25), que se realizará no dia 10-12-2018, às 17 horas, no Fundo Social de Solidariedade – Salão Nobre, Rua do Progresso 700 - Centro, Rio Grande da Serra/SP. Informa que cópia do EIA/RIMA estará à disposição dos interessados, para consulta, no período de 08 de novembro a 17-12-2018, nos seguintes locais e horários: - SEMASA – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André, Rua José Caballero, 143, Centro, Santo André/ SP, de segunda a sexta-feira (exceto feriados), das 09h às 12h e das 13h às 16h30; - BIBLIOTECA DE PARANAPIACABA – "Abia Ferreira Francisco", Avenida Rodrigues Alves, s/nº, Vila de Paranapiacaba, Santo André/SP, de segunda a sexta-feira (exceto feriados), das 09h às 12h e das 13h às 16h; - PREFEITURA DE RIO GRANDE DA SERRA – Salão de Entrada, Avenida Dom Pedro I, 10 – Centro, Rio Grande da Serra/SP, de segunda a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 12h e das 13h às 17h. Informa também que cópia eletrônica pode ser encontrada no site: <https://cetesb.sp.gov.br/licenciamentoambiental/eia- rima>. Ano 2017 - Processos 227/2017 e 022478-25.

Redução do Capital social da empresa ELYSIAN FIELDS CONSULTORIA E MARKETING LTDA, CNPJ: 23.689.700/0001-30 de R\$ 60.000,00 para R\$ 100,00 por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do art. 1.082, inciso II, do Código Civil .

Sindicato das Indústrias de Artefatos de Borracha e da Reforma de Pneus no Estado de São Paulo - SINDIBOR
Avenida Paulista, 2.001 conj. 1.101/1. 110 - SP
ELEIÇÕES SINDICAIS - AVISO
Será realizada eleição no dia 13 de março de 2019, na sede desta unidade para composição da Diretoria, Conselho Fiscal, Delegados Representantes e respectivos Suplentes, devendo o registro de chapas ser apresentado à Secretaria, no horário das 8:00 às 17:00 horas, no período de 20 dias a contar da data de publicação deste Aviso. Edital completo de convocação da eleição encontra-se afixado na sede do Sindicato. São Paulo, 21 de novembro de 2018. Edgar Solano Marreiros - Presidente

A SPDM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA/HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA – BATA BRANCA, convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 018/2018, realizado para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Especializados em Neurocirurgia e Cirurgia de Coluna Vertebral. Para informações e condições de participação favor acessar o site www.publinexo.com.br/privado.

A SPDM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA/HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA – BATA BRANCA, convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 015/2018, realizado para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Médicos na Especialidade de Anestesiologia. Para informações e condições de participação favor acessar o site www.publinexo.com.br/privado.

A SPDM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA/HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA – BATA BRANCA, convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 016/2018, realizado para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Especializados em Terapia Intensiva e Atendimento Clínico de Urgência e Emergência para Pacientes Adultos. Para informações e condições de participação favor acessar o site www.publinexo.com.br/privado.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2018
O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia torna pública a realização do Pregão Eletrônico nº 80/2018, cujo objeto é o Registro de Preços visando a eventual aquisição de notebooks. A Licitação será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, no site www.compras-governamentais.gov.br. Abertura das propostas: às 14h00min (horário de Brasília-DF) do dia 04/12/2018. O Edital, contendo todas as informações, encontra-se disponível, para reprodução gráfica, no endereço acima, bem como no site www.tre-ba.jus.br. Outras informações pelo telefone: (71) 3373-7318.
Salvador, 21 de novembro de 2018
Sivaldo Tavares de Jesus
Pregoeiro

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPEA
Aviso de Adiamento: Licitação Pública Nacional - LPN 007/2018 CEL2 - EXECUÇÃO DAS OBRAS DO PROJETO DE ARQUITETURA E ARQUITETURA PAISAGÍSTICA DO PARQUE AMBIENTAL JANELAS PARA O RIO NO MUNICÍPIO DE CARUARU. Fica adiada, para o dia 27/11/2018, às 10h (horário local), conforme Adendo 001, disponibilizado no site da Compea (www.compea.com.br). Patrícia Mendes Cândido Cavalcanti – Presidente da CEL2, Avenida Cruz Cabugá, nº 1.387 (acesso pela Av. Dr. Jayme da Fonte, S/N, 1º andar), Santo Amaro, Recife/PE, Brasil, CEP: 50.040.000, Tel.: 55.81.3412-9310, e-mail: cel2@compea.com.br

Cade deve aprovar acordo que perdoa R\$ 800 mi de empreiteiras da Lava Jato

Julio Wiziack e Fábio Fabrini

BRÁSILIA O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) deve aprovar nesta quarta-feira (21) acordo que prevê perdão de ao menos R\$ 800 milhões a cinco empreiteiras que participaram de cartel em obras investigadas pela Operação Lava Jato.

Relatório da Superintendência-Geral do Cade, que será levado a julgamento dos conselheiros, propõe o pagamento de R\$ 898 milhões em multas por Odebrecht, OAS, Carioca, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa. Técnicos do órgão, porém, sustentam que o valor deveria ser de, no mínimo, o dobro, se levada em conta a vantagem financeira obtida pelas construtoras com o esquema criminoso.

O valor pode ser ainda menor se aplicada uma cláusula especial do acordo que prevê que a dívida com o Cade pode ser abatida até o limite de 15% caso as signatárias sejam acionadas na e obrigadas a reparar danos diretamente a empresas lesadas pelo cartel. O acordo é o mais vantajoso já negociado pelo Cade. O pagamento poderá ser parcelado em 20 anos — em geral, o limite é de quatro.

Refere-se às fraudes em licitações para obras de plataformas da Petrobras, da construção da sede da estatal em Vitória e da montagem eletromecânica da usina de Angra 3.

Também engloba as concorrências para empreendimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) das Favelas, no Rio, de estádios da Copa de 2014 e da estrutura das ferrovias Norte-Sul e de Integração Leste-Oeste. A previsão é que a proposta seja aprovada por 5 votos a 2. Se passar, as empresas ficam obrigadas a cessar condutas anticompetitivas, além de pagar o valor definido no julgamento. As empreiteiras, ao longo do processo, reconheceram a prática dos ilícitos. Empresas que não assinaram o acordo poderão ser julgadas pelo Cade caso o proces-

so que está na superintendência seja enviado ao conselho. O rompimento do acordo fará com que elas voltem a responder o processo, podendo sofrer sanções mais severas.

A superintendência defende os descontos como forma de estimular as reparações civis, uma indústria que em países como EUA acaba multiplicando as multas aplicadas pelos órgãos de defesa da concorrência. Isso porque as provas de um cartel ficam disponíveis para civis lesados abrirem ações de indenização. Por isso, as multas aplicadas não são tão elevadas nos EUA.

Atualmente existem mais de 50 processos decorrentes da Lava Jato no Cade, que só analisa a conduta de cartel. Muitas dessas obras estão sendo investigadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), cujo foco é a devolução integral dos recursos desviados. No caso de Angra 3, as empresas foram condenadas a ressarcir a União em R\$ 1,6 bilhão.

Segundo o presidente do Cade, Alexandre Barreto, o conselho pretendia introduzir esse conceito no país e já tinha modificado o arcabouço legal para que a medida fosse implementada.

Órgão recomenda arquivar investigação contra Google

SÃO PAULO A superintendência do Cade anunciou nesta terça (20) recomendação para arquivar a investigação contra o Google por suposto favorecimento de seu comparador de preços próprio.

A investigação partiu de uma denúncia da E-Commerce Media Group, dona dos sites Buscapé e BondFaro, argumentando que o comparador do Google privilegiava seus próprios resultados na internet. Segundo a pesquisa do Cade, não foi possível concluir que a conduta do Google prejudicou a concorrência. O caso segue para o tribunal administrativo do órgão.